

A. I. N°. - 128966.0056/19-4
AUTUADO - JBS S.A.
AUTUANTE - JUSCELINO MARQUES VIDAL
ORIGEM - IFMT METRO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 01/09/2020

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 00155-03/20-VD

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. FALTA DE RECOLHIMENTO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Comprovado que a autuação foi realizada com fundamento em dispositivo regulamentar revogado. Infração insubsistente. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 18/11/2019, exige ICMS no valor de R\$25.506,46, acrescido da multa de 60%, pela constatação da seguinte irregularidade:

Infração 01 – 54.01.03 – deixou de efetuar o recolhimento do ICMS, na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre mercadorias elencadas no Anexo I do RICMS/12, adquiridas para comercialização, procedentes de outras unidades da Federação, por contribuinte descredenciado, DANFe 108819 de 12/11/2019.

O sujeito passivo apresenta impugnação fls.16/25. Registra a tempestividade de sua peça defensiva. Sintetiza os fatos. Afirma que demonstrará que a acusação fiscal é insubsistente e deverá ser cancelada, pois: (i) é nulo o auto de infração fundamentado em dispositivo que não está mais vigente, devido as alterações do art. 289 do RICMS/BA dada pelo decreto nº 19.274/2019; (ii) o Sistema Constitucional Tributário não admite a sistemática do ICMS antecipado, não sendo possível a sua cobrança pelo estado da Bahia.

Informa que se dedica a atividade de comércio atacadista de carnes, adquirindo produtos comestíveis resultantes do abate de bovino para revender no mercado interno e interestadual. No caso em tela, recebeu de sua filial de Colider/MT em 12/11/2019 a título de transferências, mercadorias resultantes do abate bovino.

Explica que foi lavrado o presente auto de Infração por suposta falta de recolhimento do ICMS/ST por antecipação, na aquisição interestadual.

Comenta que tal acusação não deve prosperar uma vez que foi revogada a legislação que previa o referido imposto para produtos como do caso em tela, tendo efeito a partir de 01/11/2019, ou seja, antes da operação autuada.

Informa ter feito uma consulta à SEFAZ/BA para confirmar o entendimento a respeito de não mais ser devido o ICMS Substituição Tributária por Antecipação, quando recebesse produtos comestíveis resultantes do abate de aves, gado bovino, bufalino, suíno, ovino e caprino em estado de natura, refrigerado, congelados, defumados, secos, salgados ou temperados em transferência interestadual. Apensa cópia da consulta citada.

Afirma que o auto de infração é nulo de pleno direito em razão de sua inconstitucionalidade e ilegalidade do ICMS legislação baiana. Diz que o estado da Bahia estaria exigindo o recolhimento do ICMS antecipado nas operações destinadas a autuada, que não é destinatária final, pois haverá saída futura de tais mercadorias. Sobre o tema cita jurisprudência do STF.

Requer seja conhecido e provido sua impugnação para que seja anulado e cancelado o Auto de Infração, tendo em vista: (i) ser nulo por estar fundamentado em dispositivo revogado; (ii) o Sistema Constitucional não admitir sistemática do ICMS antecipado, não sendo possível sua cobrança pela Bahia.

Por fim, requer que doravante as intimações e notificações relativas a este processo, sejam realizadas em nome de seu patrono Fábio Augusto Chilo, com endereço na Av. Marginal Direita do Tietê, nº 500, 3º andar Bloco I, CEP 05.118-100 – Vila Jaguará, São Paulo/SP.

O autuante presta a informação fiscal fl.46. Requer a anulação e arquivamento do referido auto de infração, lavrado com base em dispositivo revogado pela legislação em vigor, saneado e registrado com base nestes dispositivos.

VOTO

O Auto de Infração trata de falta de recolhimento do ICMS, na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre mercadorias elencadas no Anexo I do RICMS/12, adquiridas para comercialização, procedentes de outras unidades da Federação, por contribuinte descredenciado, DANFe 108819 de 12/11/2019.

O defendente rebateu a acusação fiscal suscitando a nulidade da autuação. Disse que o lançamento fiscal está fundamentado em dispositivo revogado, conforme as alterações do art. 289 do RICMS/BA dada pelo decreto nº 19.274/2019. Acrescentou que fez consulta à SEFAZ/BA para confirmar o entendimento a respeito de não mais ser devido o ICMS Substituição Tributária por Antecipação, quando recebesse produtos comestíveis resultantes do abate de animais. Anexou cópia da citada Consulta.

Analisando os elementos que compõem o presente PAF, verifico serem procedentes os argumentos defensivos no que concerne ao dispositivo que serviu de base para a autuação. Entretanto, com fundamento no art. 18, § 2º do RPAF/99, adentrarei ao mérito.

O sujeito passivo foi acusado de descumprimento da obrigação de recolhimento do ICMS, na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre mercadorias elencadas no Anexo I do RICMS/12, adquiridas para comercialização, procedentes de outras unidades da Federação, visto que se encontrava descredenciado.

No caso em tela, recebeu de sua filial de Colider/MT em 12/11/2019 a título de transferências, mercadorias resultantes do abate bovino, relacionadas no DANFe n.º 108819.

Ocorre que estes produtos, não estão mais enquadrados no regime de antecipação tributária, considerando que o inciso III do § 2º do art. 289 em que se fundamentou a autuação foi revogado pelo Decreto nº 19.274, de 04/10/19, DOE de 05/10/19, efeitos a partir de 01/11/19.

Observe que a redação anterior dada ao § 2º, inciso III do art. 289 pela Alteração nº 20 (Decreto nº 14.898, de 27/12/13, DOE de 28 e 29/12/13), efeitos de 01/01/14 a 31/10/19, assim estabelecia:

Art. 289. Ficam sujeitas ao regime de substituição tributária por antecipação, que encerre a fase de tributação, as mercadorias constantes no Anexo I deste regulamento.

§ 2º Nas operações com as mercadorias a seguir indicadas, a retenção ou antecipação do imposto deverá ser feita ainda que se trate de transferência entre estabelecimento da mesma empresa ou que o destinatário seja industrial ou considerado sujeito passivo por substituição em relação à mesma mercadoria:

“III - produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, ovino e caprino em estado natural, refrigerados, congelados, defumados, secos, salgados ou temperados. ”

Em sede de informação fiscal, o autuante reconheceu o equívoco cometido. Solicitou a anulação e arquivamento do referido auto de infração, lavrado com base em dispositivo revogado pela

legislação em vigor, saneado e registrado com base nestes dispositivos.

O defendente requereu, que doravante as intimações e notificações relativas a este processo, sejam realizadas em nome de seu patrono Fábio Augusto Chilo, com endereço na Av. Marginal Direita do Tietê, nº 500, 3º andar Bloco I, CEP 05.1118-100 – Vila Jaguará, São Paulo/SP.

Saliento que, embora não seja obrigatória a comunicação de intimações e decisões ao advogado da empresa, mas sim, à parte envolvida na lide, no endereço constante do seu cadastro junto ao Estado, nada obsta de que seu pleito seja atendido pelo setor competente deste CONSEF, enviando as intimações sobre o presente processo ao endereço indicado.

Ante ao exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **128966.0056/19-4**, lavrado contra **JBS S.A.**

Sala das Sessões Virtuais do CONSEF, 20 de agosto de 2020.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

ALEXANDRINA NATÁLIA BISPO DOS SANTOS – RELATORA

ARIVALDO LEMOS DE SANTANA - JULGADOR